

AS REFORMAS EMPRESARIAIS NA ESCOLA PÚBLICA E NA FORMAÇÃO DOCENTE

Isaque Nicolas Mendes Araújo¹, Francisco Salviano Nazário Neto², Mayara Soares da Silva³, Elizangela Beneval Bento⁴, Kátia Regina Rodrigues Lima⁵, Emmanoel Lima Ferreira⁶, Patric Anderson Gomes da Silva⁷

Resumo: A política de formação de professores e a educação pública têm sido alvo de reformas de caráter empresarial no Brasil, que atribuem ao ensino público a lógica da gestão por resultados, da produtividade e da performatividade docente. Nesse contexto, o presente estudo tem como finalidade analisar os rebatimentos dessas “reformas” na política educacional de formação docente e na organização da educação pública. O estudo adotou a abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico. As reformas educacionais implementadas a partir da década de 1990 instituíram as avaliações padronizadas — como o ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) e o SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará) — como eixo central das políticas educacionais, utilizando-as como instrumentos de aferição da “qualidade” das escolas e do desempenho docente. Esse movimento, impulsionado por grupos privados e organismos multilaterais – Banco Mundial, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), visa submeter a escola pública à lógica do mercado e da competitividade. Os resultados dessas avaliações são utilizados como parâmetro para medir a qualidade do ensino público, favorecendo a apropriação privada do sistema educacional por meio de parcerias público-

¹ Curso de Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Regional do Cariri, e-mail: isaque.mendes@urca.br

² Curso de Graduando em Educação Física pela Universidade Regional do Cariri, e-mail: salviano.neto99@urca.br

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri, e-mail: soaresmayara861@gmail.com

⁴ Universidade Regional do Cariri, Departamento de Ciências Biológicas, Curso de Ciências Biológicas, E-mail: elizangela.beneval@urca.br

⁵ Universidade Regional do Cariri, Departamento de Ciências Biológicas, Curso de Ciências Biológicas, E-mail: katia.lima@urca.br

⁶ Universidade Regional do Cariri, Departamento de Ciências Econômica, Curso de Ciências Econômica, E-mail: emmanoel.lima@urca.br

⁷ Universidade Regional do Cariri, Departamento de Ciências Biológicas, Curso de Ciências Biológicas, E-mail: patricanderson16@icloud.com

X SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA
XXVIII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA
10 a 14 de NOVENBRO de 2025

Tema: “UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AGENDA 2030”



privadas (PPP) e modelos de gestão terceirizada. Nessa perspectiva, a autonomia docente é substituída pela função de executar materiais padronizados e atingir metas de desempenho, vinculando a remuneração do professor aos resultados obtidos pelos estudantes. Esse processo culmina na intensificação do trabalho, na desvalorização profissional e no adoecimento docente, regularizado na política de formação de professores pela Resolução CNE/CP nº 2/2019, posteriormente revogada e substituída pela Resolução CNE/CP nº 4/2024. Essas normativas representam um avanço da concepção técnico-instrumental da formação, fundamentada na pedagogia das competências, em detrimento do modelo crítico e emancipatório defendido pela Resolução CNE/CP nº 2/2015. Essa mudança normativa reforça a tendência de mercantilização da educação, ao transferir o controle da formação docente para o mercado editorial, consultorias privadas e sistemas de ensino padronizados. Constata-se um projeto em curso que busca moldar o ambiente educacional, reconvertendo o professor em operário de resultados, o aluno em cliente e o ensino em produto, o que representa um processo de desfiguração da educação pública e da formação docente.

Palavras-chave: Mercantilização. Avaliação padronizada. Privatização. Formação de professores.

Agradecimentos:

Ao Fundo Estadual de Combate a Pobre (FECOP). À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), à Universidade Regional do Cariri (URCA) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE).